

283/2022 – Poc/Vbs/lt

Cliente: Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro - CODERTE

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019.

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

**Conselheiros, Diretores e demais Administradores da
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro -
CODERTE**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro - CODERTE** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro - CODERTE**, em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Inconsistências no Saldo de Contas a Receber

Conforme nota explicativa Nº 05, a Companhia apresentou em 31/12/2019 na conta de Contas a receber de clientes o valor de R\$ 30.553 milhões, conforme procedimentos de auditoria não foi possível validar a real existência do saldos e a sua efetiva realização em caixa para companhia, quase que totalidade do valor ou seja, 94,55% do saldo se refere a períodos anteriores, não estando suportado por provisão de perdas, o reflexo de eventuais

distorções não foi possível mensurar, possuindo eventuais impactos em contas patrimoniais e de resultado.

Inconsistências no Ativo imobilizado

Conforme nota explicativa nº 9 a companhia apresentou em 31/12/2019 o saldo líquido de imobilizado de R\$ 15.467.780,68, destacamos que esse valor não está suportado por relatório patrimonial passível de validar a segurança dos saldos apresentados, não trazendo depreciação de forma individualizada. Cabe destacar também que no decorrer do ano não foi aplicado o teste de recuperabilidade de Ativos conforme NBC TG 01 (R4), não sendo possível mensurar impactos que os mesmo possam vir a causar nas Demonstrações contábeis, identificamos itens que não estão sendo depreciados, assim como imóveis registrados sem a devida documentação comprobatória de escritura em nome da companhia, dessa forma não foi possível mensurar os eventuais impactos nas contas patrimoniais e de resultado.

Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Rio de Janeiro - CODERTE**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão de opinião com ressalvas datado em 06/09/2019 com as seguintes ressalvas: Ausência de provisão de perdas para clientes a receber, ausência da revisão da vida útil e realização do teste de recuperabilidade de ativos Imobilizado e Intangível, em relação as ressalvas apresentadas conduzimos da seguintes forma, mantivemos as ressalvas relacionadas Inconsistências no saldo de contas a receber, inconsistências no ativo imobilizado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2022.



20 ANOS

Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.12.23 08:39:
37-03'00'

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O

Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2019.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

<u>ATIVO</u>	<u>Exercícios Findos em</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.175.704,79	10.499.795,64
Contas a Receber	30.553.633,20	29.446.873,89
Devedores e Entidades	4.862.244,79	4.793.245,48
Adiantamentos	30.833,07	38.115,04
Creditos de Tributos e Contribuições	2.313.049,26	2.321.221,31
Almoxarido Interno	66.022,65	105.171,42
	<u>48.001.487,76</u>	<u>47.204.422,78</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Investimentos</u>		
Participações Societárias	200.886,10	200.886,10
Participações em Fundos e Condomínios	173.009,00	173.009,00
	<u>373.895,10</u>	<u>373.895,10</u>
<u>Imobilizado</u>		
Bens Imóveis	32.581.782,30	32.287.432,14
Depreciação sobre Bens Imóveis	-17.494.591,86	-17.494.591,86
Bens Móveis	811.833,83	777.423,93
Depreciação sobre Bens móveis	-431.243,59	-431.243,59
	<u>15.467.780,68</u>	<u>15.139.018,62</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>63.843.163,54</u></u>	<u><u>62.717.336,50</u></u>


NELSON JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/RJ Nº 098908/O-9



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Transportes

Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

BALANÇO PATRIMONIAL

	Exercícios Findos em	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>PASSIVO</u>		
<u>CIRCULANTE</u>		
Pessoal a Pagar	116.330,34	4.161,64
Encargos sociais a recolher	86.642,44	2.603,27
Fornecedores	1.248.078,81	2.536.300,27
Consignações e Depósitos	798.266,64	960.339,47
Outras Obrigações a Pagar - Refis	686.717,39	7.675,31
Obrigações Sociais e Fiscais	460.000,00	1.266,00
Provisão de Férias	41.099,51	0,00
Provisões de Curto Prazo	18.826,00	370.062,06
Dividendos a Pagar	1.654.851,68	1.654.851,68
	<u>5.110.812,81</u>	<u>5.537.259,70</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	8.241.475,41	9.481.856,26
Obrigações Assumidas pelo Governo	2.783.879,00	2.783.879,00
Provisões a Longo prazo	35.057.155,08	38.267.364,42
Outras Provisões	0,00	331.293,94
	<u>46.082.509,49</u>	<u>50.864.393,62</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital Social	16.872.235,78	16.872.235,78
Reserva de Capital	8.259.944,94	8.259.944,94
Reserva de Lucros	2.943.685,00	2.943.785,00
Reserva de Legal	567.493,04	567.493,04
Lucro e Prejuízo Acumulado	-15.993.617,52	-22.327.773,58
	<u>12.649.741,24</u>	<u>6.315.685,18</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>63.843.063,54</u></u>	<u><u>62.717.338,50</u></u>


NELSON JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/RJ Nº 098908/O-9

2



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Prestação de Serviços	23.634.209,33	22.327.136,78
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Imposto sobre serviços	- 56.612,85	- 1.865.210,69
PIS/PASEP	- 349.384,37	
COFINS	- 1.779.285,50	
RECEITA LÍQUIDA	21.448.926,61	20.461.926,09
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos Sociais	-8.517.842,94	- 7.650.819,85
Serviços de Terceiros	-7.144.900,08	- 7.953.893,77
Despesas Tributárias	-558.685,89	- 2.290.781,94
Despesas Gerais	-2.135.489,21	- 30.898.282,69
Outras Receitas	4.107.040,83	1.246.234,61
	- 14.249.877,29	- 47.547.543,64
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	7.199.049,32	- 27.085.617,55
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	7.199.049,32	- 27.085.617,55
Imposto de Renda	-1.286.799,17	614.305,96
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-365.327,71	226.902,94
Lucro Líquido do Exercício	5.546.922,44	- 27.926.826,45
Quantidade de Ações	526.313	526.313
Lucro Líquido por ação do Capital Social (R\$)	10,54	0,00


NELSON JOSÉ OAAQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MUCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/RJ Nº 098908/O-9

**CODERTE - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		Exercícios Findos Em	
		31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.546.922,44	-27.926.826,45
(+/-) AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO:			
Depreciação		0,00	721.778,52
Receitas de Atualização de Títulos			
Ajustes de Exercício anteriores		787.233,62	2.969.206,47
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		6.334.156,06	-24.235.841,46
ATIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))			
Contas Receber de clientes		-1.106.759,31	-157.966,97
Créditos de Tributos e Contribuições		8.172,05	528.649,02
Devedores - Entidades e Agentes		-68.999,31	-1.765.353,47
Almoxarifado Interno		39.148,77	5.561,17
Depósitos Judiciais e cauções		0,00	0,00
Adiantamentos		7.281,97	7.174,53
Despesas Pagas Antecipadas		0,00	0,00
Imobilizado		-328.760,06	-1.913.715,90
PASSIVO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))			
Fornecedores		-1.288.221,46	604.609,20
Depósitos e Consignações		-162.072,83	70.485,65
Obrigações Sociais e Fiscais		458.734,00	1.266,00
Encargos Sociais a Recolher		84.039,17	-116.535,96
Pessoal a Pagar		112.168,70	-270.460,71
Obrigações Intragovernamentais		0,00	0,00
Obrigações Tributárias		0,00	0,00
Provisões a Férias		41.099,51	-187.770,12
Outras Provisões		-351.236,06	-2.988.572,07
Outras Obrigações a Pagar - Refis		679.042,08	-1.297.135,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))			
Depósitos Judiciais e cauções			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS))			
Obrigações Sociais e Fiscais - REFIS		-1.240.380,85	-756.000,00
Outras obrigações (Contingências)		-3.210.209,34	30.841.501,33
Receita Diferida		-331.293,94	0,00
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		-324.090,85	-1.630.105,53
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-324.090,85	-1.630.105,53
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		10.499.795,64	12.129.901,17
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		10.175.704,79	10.499.795,64

NELSON JOSÉ DAQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ MUGIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças

TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/RJ Nº 0989908/O-9



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTA DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		TOTAL	LUCRO/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS			
Saldo em 01 de janeiro de 2018	16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.943.785,00	3.511.278,04	2.629.846,40	31.273.305,16
Ajustes de Exercício Anteriores							
Resultado do Exercício						2.969.206,47	2.969.206,47
Constituição de Reservas						-27.926.826,45	-27.926.826,45
Reservas							
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	16.872.235,78	8.259.944,94	567.493,04	2.943.685,00	3.511.278,04	-22.327.773,58	6.315.685,18
Movimentação do Período							
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	16.872.235,78	8.259.944,94	567.593,04	2.943.685,00	3.511.278,04	-24.957.619,98	-24.957.619,98
Ajustes de Exercício Anteriores							
Resultado do Exercício							
Destinação							
Reservas						787.233,62	787.233,62
Dividendos Obrigatórios						5.546.922,44	5.546.922,44
Saldo em 31 de dezembro de 2019	16.872.235,78	8.259.944,94	567.593,04	2.943.685,00	3.511.278,04	-15.993.617,52	12.649.841,24
Movimentação do Período							
						6.334.156,06	6.334.156,06

NELSON JOSÉ DA AQUIM JÚNIOR
Diretor Presidente

JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças

TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador CRC/RJ Nº 090556/O

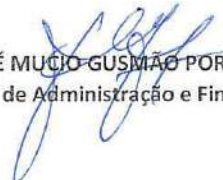


GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO E TERMINAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODERTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Capital Social	16.872.235,78	16.872.235,78
Reserva de Capital	8.259.944,94	8.259.944,94
Reserva de Lucro	2.943.685,00	2.943.685,00
Reserva de Legal	567.593,04	567.593,04
Resultado Acumulados	-15.993.617,52	-22.327.773,58
Resultado de Exercício	5.546.922,44	-27.926.826,45
Resultado de Exercício Anteriores	-22.327.773,58	2.629.846,40
Ajustes de Exercícios Anteriores	787.233,62	2.969.206,47
Lucro ou (Prejuízo) do Exercício	5.546.922,44	-27.926.826,45
Total do Resultado Abrangente	<u>12.649.841,24</u>	<u>6.315.685,18</u>


NELSON JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MUCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/PA 49.098908/O-9



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE, é uma sociedade de economia mista, constituída pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do Decreto-Lei nº 87, de 02 de maio de 1975, entidade da administração indireta, vinculada à Secretaria de Estado de Transporte – SETRANS.

A CODERTE tem como objeto social:

- Projetar, construir terminais rodoviários, de passageiros e carga, terminais-garagem, abrigos de ônibus e estacionamentos públicos, terminais marítimos e fluviais;
- Cobrar e arrecadar tarifas de pedágio, e de utilização e arrendamento dos bens e serviços previsto anteriormente observada à legislação aplicável;
- Promover a análise de viabilidade técnico-econômica para implantação de vias expressas e terminais;
- Executar política comercial, criando fontes de receita;
- Executar a política de exploração de publicidade nos locais sob sua jurisdição;
- Administrar, fiscalizar e operar esses locais;
- Zelar pela segurança e bem estar dos respectivos usuários;
- Recrutar, preparar e selecionar pessoal para os seus serviços;
- Promover a construção de rodovias municipais, vicinais e de acessos a sedes municipais, dos municípios do Estado do Rio de Janeiro que participem de seu capital ou que tenham contratado seus serviços;
- Executar programas de manutenção de estradas municipais, mediante contratação e justa remuneração com os municípios interessados;
- Manter e explorar usinas de asfalto ou similares para utilização própria ou atendimento a órgãos públicos e empresas privadas mediante remuneração.

NOTA 2 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da CODERTE são de responsabilidade de sua administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades do setor público, a Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela



nº 11.638/2007, aprovada em 28 de dezembro de 2007 e demais alterações, a Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, normas e instruções da Contadoria Geral do Estado – CGE e apresentadas conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFE/RJ. Em atendimento às recomendações da Auditoria Geral do Estado, constantes no Parecer da Auditoria Geral do Estado, relativa à Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas do Exercício de 2013, (Processo nº E-10/004/164/2014, folha 343, item 3.3.8), de 10/03/2014, a partir do exercício de 2014 a Diretoria da CODERTE adotou, exclusivamente, para realização da sua escrituração contábil o sistema SIAFE, utilizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como em função das alterações realizadas na estrutura do referido sistema buscando adequá-lo as Normas da Convergência Contábil Brasileira. (Nota Explicativa nº 02).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalente a caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações estão apresentadas considerando seu valor de realização, bem como os rendimentos incorridos até a data do encerramento do balanço.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber não possuem caráter financeiro e estão avaliadas pelo valor presente, o qual é representado pelo valor dos serviços prestados no momento inicial. Não foi constituída provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques de materiais de expediente e consumo, apresentados na rubrica “Almoxarifado interno”, estão avaliadas ao custo médio das aquisições, que não excede o valor de mercado.

d) Estimativas contábeis

A administração está adotando medidas para que as estimativas sejam baseadas em fatores objetivos e subjetivos, necessários para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.



e) Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, inclusive pela correção monetária especial de acordo com a Lei Federal n.º 8.200, 28 de junho de 1991. A depreciação é calculada segundo o método linear com base em taxas anuais que consideram a vida-útil econômica dos bens.

f) Tributação

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à alíquota de 5% e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, às alíquotas de 7,6% e 1,65%, respectivamente, e que são apresentados como deduções da receita de serviços na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social desde o exercício de 2017 vêm sendo apurado com base no lucro real trimestral, sendo reconhecidos segundo o regime de competência, no resultado do exercício.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL são calculados trimestralmente com base no **lucro real estimado**, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados como ativos e passivos circulantes.

h) Apuração do resultado

O Resultado do Exercício é apurado segundo o regime de competência.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CONTAS	2019	2018
Caixa e Bancos	504.804,22	257.523,51
Aplicações Financeiras	9.670.900,57	10.242.272,13
TOTAL	10.175.704,79	10.499.795,64

As aplicações financeiras, em sua maioria, referem-se a cotas do fundo Bradesco Gov PP Referenciado DI Fundo de Investimento.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

CONTAS	2019	2018
Contas a Receber de Clientes	23.284.985,61	22.077.283,03
Outros Créditos – Cessão de Servidores	7.268.647,59	7.368.716,20
Concessões a Receber	502.308,76	874,66
TOTAL	31.055.067,30	29.446.873,89

A administração está providenciando os necessários estudos e análises das contas a receber para determinar a necessidade de constituição de provisão para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

NOTA 6 – DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

CONTAS	2019	2018
Outras Responsabilidades	-	-
Bloqueios Bancários - Judiciais	1.039.758,60	1.037.413,09
Outros Depósitos	3.870,00	3.870,00
Outros Créditos a Receber	3.316.307,43	3.751.962,39
TOTAL	4.359.936,03	4.793.245,48

NOTA 7 – CRÉDITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

CONTAS	2019	2018
Imposto de Renda	1.962.650,30	1.970.822,35
Contribuição Social – CSLL	350.398,96	350.398,96
TOTAL	2.313.049,26	2.321.221,31

Os créditos relativos ao imposto de renda e à contribuição social foram apurados no fechamento dos balanços, acrescido do imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e estão apresentados pelo valor original do crédito.

4



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

CONTAS	2019	2018
Participações societárias	200.886,10	200.886,10
Fundo de Investimentos – FINAM	173.009,00	173.009,00
TOTAL	373.895,10	373.895,10

Os Investimentos são decorrentes de participações em ações de companhias telefônicas (planos de expansão) e outras participações até em decorrência de imposição legal e aplicações de incentivos fiscais,

NOTA 9 – IMOBILIZADO

CONTAS	2019	2018
Bens Imóveis	32.581.782,30	32.287.432,14
(-) Depreciação Bens Imóveis	(17.494.591,86)	(17.494.591,86)
Bens Móveis	811.833,83	777.423,93
(-) Depreciação Bens Móveis	(431.243,59)	(431.243,59)
TOTAL	15.467.780,68	15.139.020,62

Os critérios utilizados nos cálculos da depreciação das contas do Ativo Imobilizado são: O prazo de vida útil de cada bem e a Taxa Anual de depreciação disposta nos Anexos I e II, da Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal do Brasil – SRFB nº 162, de 31 de dezembro de 1998, e em conformidade com a CPC 27 de 26 de junho de 2009.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 16.872.235,78 está representado por 526.313 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Estado do Rio de Janeiro é detentor da maioria dessas ações, conforme demonstração:

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES ORDINÁRIAS	PROPORÇÃO EM REAIS	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL VOTANTE (%)
ESTADO DO RIO DE JANEIRO	526.288	16.871.434,35	99,99525%
MINORITARIOS (12 INVESTIDORES)	25	801,43	0,00475%
TOTAL	526.313	16.872.235,78	100,00000%

A CODERTE não possui ações preferenciais.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTA 11 – RESERVAS DE CAPITAL

CONTAS	2019	2018
DOAÇÕES	4.146,00	4.146,00
SUBVENÇÕES DE INVESTIMENTOS	7.660.183,06	7.660.183,06
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	595.615,88	595.615,88
TOTAL	8.259.944,94	8.259.944,94

O valor de R\$ 7.660.183,06 é referente aos repasses recebidos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, como acionista majoritário, em 1995.

NOTA 12 – RESERVA LEGAL

Embora o artigo 193, da Lei Nº 6.404/76, determine que do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Neste Exercício, deixamos de constitui-la tendo em vista o disposto no parágrafo 1º do artigo anteriormente mencionado que diz: “*A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.*”

Desta forma, em razão do exposto, verificamos que em 31 de dezembro de 2019, a Reserva Legal é de R\$ 567.493,04 e as Reservas de Capital apresentava o montante de R\$ 8.259.944,94, totalizando o valor de R\$ 8.827.437,98, correspondente a 52,31% (cinquenta e dois, trinta e um por cento) do capital.

NOTA 13 – REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

Deixamos de constituir a provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado no exercício, tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia, no parágrafo 1º, do artigo 38, determina que a Diretoria, autorizada pelo Conselho de Administração, poderá declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços, observando o disposto na legislação em vigor.



NOTA 14 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores, realizados neste exercício por meio de Notas Explicativas encaminhadas a Contadoria Geral do Estado, foram:

NATUREZA DOS EVENTOS	DÉBITO	CRÉDITO
AJ000002		199.264,10
AJ000005		45.256,50
AJ000006		22.987,56
AJ000020	118.824,20	
AJ000040	63.106,34	
AJ000061		701.656,00
TOTAL DE AJUSTES	181.930,54	969.164,16

Os ajustes de exercícios anteriores são classificados de acordo com ofício circular GAB/CGE N° 03 de março de 2016, e N° 001 de 09 de janeiro de 2018.

- ✓ AJ000002 Cancelamento de RPP não Prescrito;
- ✓ AJ000005 Baixa de Consignações;
- ✓ AJ000006 Incorporação de Créditos a Receber;
- ✓ AJ000020 Desincorporação de Créditos a Receber;
- ✓ AJ000040 Desincorporação de Direitos-Pessoal Cedido;
- ✓ AJ000061 Desincorporação de Obrigação Exercícios Anteriores.

NOTA 15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

- I. A administração da Companhia por intermédio do Escritório contratado Oberg Ferraz Advogados Associados, realizou o levantamento das ações nas quais a Companhia figura como autora (polo ativo) bem como ré (polo passivo), nas esferas: tributária, trabalhista e cível, em 31 de dezembro de 2019, em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC N.º 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- II. Desta forma, com base na norma citada, tínhamos que proceder em 31/12/2019, à constituição da Provisão para Contingências Passivas, com base no valor da causa atribuído as ações que figuram no referido levantamento como polo passivo, cujo risco de perda delas pela Companhia foi considerado como **PROVÁVEL**: Provisão para Riscos Trabalhistas o valor de R\$ 2.096.378,48, Provisão para Riscos Fiscais o valor de R\$ 4.440,27 e a Provisão para Riscos Cíveis o valor de R\$ 29.312.802,68, mas esses valores só foram atualizados contabilmente em 2020, com isso, no fechamento do balanço de 2019 os montantes ficaram descritos a seguir:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

CONTAS	2019	2018
Provisão para Riscos Trabalhistas	1.524.258,38	3.088.516,76
Provisão para Riscos Fiscais	1.035.209,08	1.039.649,35
Provisão para Riscos Cíveis	32.497.687,62	34.139.198,31
TOTAL	35.057.155,38	38.267.364,42

III. Além disso, ainda com base no referido levantamento, ressaltamos que a CODERTE figura como ré em ações judiciais de polo passivo, nas esferas Cível, Trabalhista e Tributária, cujo levantamento realizado pelo escritório contratado classifica o risco de perda dessas ações como **POSSÍVEL** ou **REMOTA**.

- Ações com risco de perda POSSÍVEL - R\$ 9.232.835,48
- Ações com risco de perda REMOTA - R\$ 6.486.227,10

Desta forma, considerando o grau de risco apontado pelo levantamento das referidas ações, não foi constituída a Provisão para Contingências para esses valores, em razão da faculdade contida na NBC TG 25.

IV. Por fim, embora o escritório contratado tenha relacionado às 129 ações da esfera cível, nas quais a Companhia figura como autora, ou seja, polo ativo (Ativo Contingente), segundo a Lei das Sociedades por Ações – FIPECAFI (2000:247) e o item 33 da NBC TG 25, as contingências ativas não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, mas devem ser mencionadas em notas explicativas, conforme quadro a seguir:

QUANT.	ATIVO CONTINGENTE (POLO ATIVO)	RISCO DO PROCESSO	VALOR DA CAUSA
	Ações da Área Cível	PROVÁVEL	3.475.914,10
	Ações da Área Cível	POSSÍVEL	27.718.044,16
	Ações da Área Cível	REMOTA	34.357.921,02
	TOTAL		



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Transportes
Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE

NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

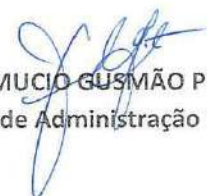
A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC passou a ser obrigatória em função da Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, no entanto, as Sociedades Anônimas de Capital Fechado, só estão obrigadas a apresentá-las se o Patrimônio Líquido da empresa, na data do balanço, for superior a R\$ 2.000.000,00, e poderá ser elaborada pelo Método Direto e Indireto.

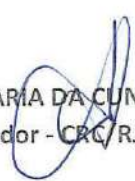
Neste Exercício a Demonstração do Fluxo de Caixa da Companhia, conforme dispõe a referida lei, foi elaborada pelo Método Indireto.

NOTA 17 – SEGUROS

A Companhia não adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e, conseqüentemente, assume o risco em relação a eventuais sinistros que possam vir a ocorrer com tais ativos.


NELSON JOSÉ JOAQUIM JUNIOR
Diretor Presidente


JOSÉ MUCIO GUSMÃO PORTO
Diretor de Administração e Finanças


TÂNIA MARIA DA CUNHA ALMEIDA
Contador - CRC/RJ Nº 098908/O-9

284/2022 – Poc/Vbs/It

Cliente: **Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais – CODERTE-RJ**

Assunto: **Relatório Circunstanciado dos Auditores sobre os Exames Realizados, referente ao Exercício de 2019.**

Sumário:

1 - Considerações Iniciais.....	3
2 - Comentários sobre as Demonstrações Contábeis	4
3 - Aspectos Contábeis e de Controles Internos	5
3.1 - Bancos conta Movimento e Aplicações - R\$ 10.175.704,79.....	5
3.2 - Créditos a curto prazo – R\$ 30.553.633,20 (Ressalva)	5
3.3 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal - R\$ 30.833,07	10
3.4 - Tributos à Recuperar/Compensar – R\$ 2.313.049,26.....	10
3.5 - Concessões a Receber – R\$ 812.598,56	12
3.6 – Recursos vinculados – R\$ 1.043.628,60	13
3.7 – Outros Créditos a Receber – R\$ 3.316.307,43.....	15
3.8 – Estoques – R\$ 66.022,65	16
3.9 – Títulos e Valores Mobiliários – R\$ 173.009,00	16
3.10 – Participações Permanentes – R\$ 200.886,10	17
3.11 – Imobilizado – R\$ 15.467.780,68 (ressalva).....	18
3.12 – Pessoal a Pagar – R\$ 157.429,85.....	20
3.13 – Encargos Sociais a Pagar – R\$ 86.642,44.....	20
3.14 - Fornecedores e contas a pagar - R\$ 1.248.078,81	21
3.15 - Obrigações Fiscais curto prazo com a União – R\$ 1.146.717,39	22
3.16 - Outras Provisões - R\$ 18.826,00.....	22
3.17 - Dividendos a Pagar R\$ 1.654.851,68.....	23
3.18 - Valores Restituíveis - R\$ 726.545,84	23
3.19 - Outras Obrigações a Pagar R\$ - 71.720,80	26
3.20 - Demais Financiamentos a Longo Prazo R\$ 2.783.879,00.....	27
3.22 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo R\$ 8.241.475,41	27
3.23 - Provisões a Longo Prazo - R\$ 35.057.155,08	28
3 – Contas de Resultados	28
4 – Conclusão	30

1 - Considerações Iniciais

Estamos apresentando o relatório sobre os trabalhos de auditoria externa, realizados durante o mês de outubro de 2022, referente ao exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019.

O trabalho abrangeu a revisão da documentação comprobatória, controles internos, procedimentos e rotinas praticadas pelas áreas, bem como as informações gerenciais, contábeis, sistêmicas e legais.

Os exames foram realizados segundo os padrões usuais de auditoria, incluindo aplicação de testes e exames sobre operações, livros, registros, documentos e controles subsidiários, bem como entrevistas e questionamentos aos responsáveis por cada rotina/procedimento na extensão e profundidade julgadas necessárias.

No decorrer de nossos trabalhos, com a aplicação dos procedimentos em cada ponto, aprofundamos aqueles assuntos que por sua relevância, insegurança nos controles e informações ou por não conformidade constatada exigiram maior detalhamento e possuem comentários específicos a respeito.

2 - Comentários sobre as Demonstrações Contábeis

O em nosso relatório específico número 283/2022, apresentamos nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2021 datado de 07 de dezembro de 2022.

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Transporte, findas no exercício de 2019, e apresentamos o mesmo com ressalvas na constas de clientes e Imobilizado.

3 - Aspectos Contábeis e de Controles Internos

Neste tópico, efetuamos comentários sobre os saldos contábeis apresentados, controles internos, recomendações e sugestões de melhorias.

A seguir, efetuamos comentários sobre cada grupo de contas contábeis examinadas referentes ao exercício de 2019.

3.1 - Bancos conta Movimento e Aplicações - R\$ 10.175.704,79

O grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
BANCO BRADESCO S/A	504.804,22
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.670.900,57
	10.175.704,79

Não identificamos situações relevantes que necessitem nossas observações.

3.2 - Créditos a curto prazo – R\$ 30.553.633,20 (Ressalva)

O grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
FATURAS/DUPPLICATAS A RECEBER	23.284.985,61
CESSÃO DE SERVIDORES INTRA	7.267.772,93
CESSÃO DE SERVIDORES DEC. 32.352/02	874,66
	30.553.633,20

Faturas Duplicatas a Receber: Analisamos o saldo registrado na contabilidade de R\$ 23.284.985,61 e avaliamos a composição apresentada pela contabilidade, onde foi possível verificar a seguinte composição por totais por ano:

Descrição	R\$	%
Ano de 2013	22.016.249,18	94,55%
Ano de 2014	1.600,00	0,69%
Ano de 2015	10.082,60	0,04%
Ano de 2016	11.457,32	4,92%
Ano de 2017	13.800,00	5,93%
Ano de 2018	19.200,00	8,25%
Ano de 2019	1.212.596,51	5,00%
	23.284.985,61	

Conforme demonstra planilha acima, que utilizou por base os valores apresentados pela contabilidade o maior montante do saldo está registrado até 2013, representando 94,55% do saldo total registrado na contabilidade, dessa forma pela materialidade efetuamos um trabalho específico no período de 2013, onde verificamos as seguintes situações:

Até emissão de nosso relatório não havíamos recebido uma posição financeira que comprova-se a existência dos saldos e quais eram os mecanismos de cobranças que estavam sendo efetuados. Serviu como base de nossas análises a composição fornecida pela contabilidade e arquivos impressos pela auditoria interna na época que os fatos ocorreram.

Como procedimentos de auditoria, selecionamos os valores oriundos de 2013 e procedemos em conjunto com Departamento Jurídico a quais dos valores que possuíam processo de cobrança vinculados, aproveitamos o mesmo trabalho efetuado com base em 2021 tendo em vista que o saldo não teve variação relevante. Não foi possível identificar alguns valores relevantes se estavam vinculados a processos ou não, tendo em vista que dentro de cada valor registrado na contabilidade por terminal constavam diversas empresas compondo o valor, nos processos onde foi possível verificar e identificar elaboramos uma planilha para entendimento dos status identificados, conforme composição:

CLIENTE	R\$	Status conforme posição Jurídica, 30/06/2022
FUNDO ÚNICO DE PREV. EST. R.J	106.400,00	Sem processo
SECRET. DE EST. COM. S. GAB. CIVIL	13.260,00	Sem processo
SECRETARIA DE EST. DE GOVERNO	380,00	Sem processo
SECRETARIA DE EST. DE OBRAS	143.336,00	Sem processo
SECRET. DE EST. CIÊN. E TECNOL.	14.820,00	Sem processo
SECRET. DE EST. CULT. E ESPORTE	9.500,00	Sem processo
INSTITUTO VITAL BRASIL S.A	28.431,22	Sem processo
CIA. DE TURISMO DO EST. RJ	87.780,00	Sem processo
CENTRO TEC. INF. COMUM. EST. RJ	63.840,00	Sem processo
DEPARTº DE TRANSP. RODOV. DETRO	513.055,08	Processo nº 0016502-57.2011.8.19.0023, valor atualizado em 2021 para R\$ 2.419.334,60
CIA. ESTADUAL DE HAB. RJ.- CEHAB	20.748,00	processo adm 2008 (nº E-10/700185/2008) Vagas e 2009 (nº E-10/700390/2009) regularização contratual
FUNDAÇÃO LEÃO XIII	3.192,02	Processo nº 0001359-87.2016.8.19.0032, valor atual da causa R\$ 57.600,00
SECRET. DE EST. DE PLANEJ. E GESTÃO	54.173,13	Sem processo
SECRET. DE EST. DE EDUCAÇÃO	134.241,29	Sem processo
SECRET. DE EST. DE TRANSPORTE	116.533,33	Sem processo
SECRET. DE EST. DE DESENVOLVIMENTO	312.664,40	Sem processo
FUND. INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	7.600,00	Sem processo
TERM. MARIANO PROCÓPIO	1.381.745,55	Sem processo
TERMINAL MENEZES CORTES	2.591.810,33	Situação vinculada a perda de processo em montante superior a cinco milhões
TERMINAL NOVA IGUAÇU	2.087.431,53	Saldo composto por várias empresas
TERMINAL DE NILÓPOLIS	1.364.001,57	Saldo composto por várias empresas
TERMINAL AMÉRICO FONTENELLE	6.507.943,25	Saldo composto por várias empresas
TERMINAL CAMPO GRANDE	5.066.870,30	Existem 04 processo em aberto contra empresas sendo valores bem baixos.
TERMINAL VASSOURAS	171.876,76	Existe processo de doação do imóvel.
TERMINAL ITABORAÍ	378.016,13	Existe processo de doação do imóvel, valores receber do Detran e Detro
TERMINAL MENDES	212.530,67	Existe processo de doação do imóvel.
TERMINAL DE ITATIAIA	19.299,71	Processo adm 2009 (nº E-10/700485/2009)
CONFISSÃO DE DÍVIDA -PARCEL.	323.101,18	histórico contábil incompleto
OUTDOORS DIVERSOS	36.931,31	histórico contábil incompleto
ARREND. TERMINAL CABO FRIO	86.077,57	sem processo
ARREND. TERMINAL BOM JARDIM	1.860,00	sem processo
VAGAS CATIVAS-ARCOS DA LAPA	2.982,00	sem processo
ESTACIONAMENTO NILO PEÇANHA	63.255,00	sem processo
ESTAC. CATIVAS RABICHO DA TIJUCA	45.924,24	sem processo
TERMINAL MACAÉ	36.556,01	sem processo
ARREND. TERMINAL ITAPERUNA	579,04	sem processo
ESTACIONAMENTO NILO PEÇANHA	1.520,00	sem processo
SALDO TOTAL	22.010.266,62	

Recomendação

Efetuar o levantamento financeiro cliente por cliente e validar a real existência dos saldos em aberto.

Nos casos onde não seja possível ser efetuada cobrança de forma direta ou acordo, verificar possibilidade de cobranças jurídicas.

Quando extintas todas possibilidades de recebimento ou entendimento da não existência do saldo em aberto, documentar e efetuar a baixa dos valores ou efetuar provisão de perda dos saldos.

Cessão Servidores Decreto 32.532/02 - INTRA: Valores registrados na conta se referem a funcionários cedidos a CODERT-RJ, que possui o direito de ressarcimento dos valores, observamos que na composição do saldo possui saldos de 2012 a 2019, em virtude da longevidade dos saldo sem o devido recebimento não nos foi possível concluir sobre real realização do saldo, diante desse cenário, efetuamos as seguintes recomendações:

Recomendação

Buscar juntos aos órgãos cedentes o recebimento de valores referentes a funcionários cedidos.

Busca formalizar a cobrança seja de forma direta ou jurídica visando reaver valores pagos a funcionários cedidos de outras empresas.

Diante de esgotar todas possibilidades de recebimento a empresa deve avaliar a possibilidade, desde que devidamente documentado realizar a baixa de valores incobráveis;

Para melhor visualização do saldo apresentamos a composição:

Data	Para onde foi cedido	Saldo Atual
2012.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	960.963,00
2012.12.020100 30051023000196	TRIBUNAL DE CONTAS	22.127,05
2012.12.045200 42411249000130	EMPRESA DE OBRAS PUB.DO EST.DO	210.558,88
2012.12.070100 08599767000190	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS	654.884,82
2012.12.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ - SEPLAG	119.074,73
2012.12.124100 29470333000166	FUND.CEN.EST.DE EST.PESQ.E FOR	77.973,57
2012.12.150100 28001394000111	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	80.025,21
2012.12.203100 30071351000154	LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JA	12.295,52
2012.12.210000 42498600000171	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	164.786,92
2012.12.254100 29962016000167	FUNDAÇÃO SANTA CABRINI	16.603,05
2012.12.260100 42498725000100	RIO DE JANEIRO SEC. DE EST. DE	48.155,06
2012.12.263100 30295513000138	DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO EST RJ	71.608,93
2012.12.290100 42498717000155	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	176.862,12
2012.12.293100 27532522000190	INST.DE ASSIST.AOS SERV.DO ERJ	4.066,76
2012.12.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP - SETRANS	2.561.451,96
2012.12.313300 31940984000114	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RO	906.954,54
2013. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	13.432,12
2013. 1.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	144,43
2013. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.964,16
2013. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.947,65
2013. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	23.148,62
2013. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	16.292,16
2013. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	13.674,22
2013. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	15.682,20
2013. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	23.815,56
2013. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.155,22
2013.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	13.031,64
2013.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	15.145,51
2013.11.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	432,00
2013.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	30.035,45
2014. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	13.594,45
2014. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	15.116,58
2014. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	20.787,23
2014. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	26.900,03
2014. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	17.144,23
2014. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	17.155,64
2014. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	16.346,52
2014. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	26.758,27
2014. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	13.963,71
2014.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.864,17

Continuação ----->



2014.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	19.759,35
2014.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	26.113,99
2014.12.120100 30449862000167	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	2.840,69
2015. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	16.511,19
2015. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	8.353,08
2015. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	8.353,08
2015. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	8.353,08
2015. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	19.857,68
2015. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.117,42
2015. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.569,70
2015. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.569,70
2015. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.642,18
2015.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.642,35
2015.10.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	3.321,45
2015.10.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP	11.283,88
2015.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.886,11
2015.11.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	4.393,60
2015.11.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP - SETRANS	8.717,77
2015.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.869,38
2015.12.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	8.532,02
2016. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	11.439,66
2016. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	19.024,38
2016. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	1.756,17
2016. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.008,80
2016.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.886,11
2016.11.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	1.085,95
2016.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	15.086,08
2016.12.120100 42498634000166	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJ	5.442,95
2017. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	9.203,45
2017. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.652,52
2017. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.613,35
2017. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.665,57
2017. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	25.338,88
2017. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	5.291,44
2017. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	16.001,35
2017. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	10.316,50
2017. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.378,41
2017.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.726,42
2017.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.759,07
2017.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	20.627,58
2018. 1.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.724,38
2018. 2.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.749,69
2018. 3.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.749,69
2018. 4.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.728,38
2018. 5.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	15.408,31
2018. 6.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	10.794,03
2018. 7.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	22.777,14
2018. 8.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.401,29
2018. 9.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.860,12
2018.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	16.255,80
2018.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	12.492,22
2018.11.043400	AGÊNCIA REGULADORA DE SERV. PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO EST. RJ	192,00
2018.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	7.968,45
2018.12.043400	AGÊNCIA REGULADORA DE SERV. PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO EST. RJ	192,00
2018.12.090100 28060424000160	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE	5.124,46
2019. 1.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP - SETRANS	0,90
2019. 9.200100 42498675000152	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ (ANTIGA SEPLAG). OBS.: ESSE VALOR PERTENCE A ALERJ UG 010100 E FOI COLOCADO ERRADO NA UG200100. FAZER ACERTO.	13.463,02
2019.10.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.911,87
2019.11.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	26.751,16
2019.11.043400	AGÊNCIA REGULADORA DE SERV. PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO EST. RJ	19.795,36
2019.11.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP - SETRANS	16.142,19
2019.12.010100 30449862000167	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - ALERJ	14.730,39
2019.12.043400	AGÊNCIA REGULADORA DE SERV. PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO EST. RJ	9.897,68
2019.12.310100 42498667000106	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSP - SETRANS	11.693,37
TOTAL		7.267.772,93

Cessão de servidores Cedidos 32.532/02: Saldo registrado em conta referente a direitos adquiridos sobre valores de pagamentos efetuados a profissionais cedidos em períodos anteriores a 2019, não nos foi possível afirmar a real existência do saldo.

Recomendação

Identificar a origem do saldo e validar a real possibilidade de ressarcimento do valor ou não.

Em caso do valor ser incobrável, documentar e avaliar a possibilidade de baixa do valor.

3.3 - Adiantamentos Concedidos a Pessoal - R\$ 30.833,07

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
FÉRIAS ADIANTAMENTOS	29.943,51
1/3 DE FÉRIAS - ADIANTAMENTO	529,56
VIAGENS - ADIANTAMENTO	360,00
	30.833,07

Férias e 1/3 de férias - Adiantamento: Em composição disponibilizada pela contabilidade foi possível identificar saldos de períodos anteriores, conforme posição do departamento contábil os valores devem ser regularizados em 2022.

Recomendação

Efetuar os devidos ajustes contábeis e regularizações necessárias nas contas de adiantamento de férias e 1/3.

Viagens Adiantamentos: Saldo oriundo de períodos anteriores, por sua materialidade não efetuamos testes mais detalhados de auditoria.

Recomendação

Efetuar os devidos ajustes contábeis e regularizações necessárias no saldo de período anteriores.

3.4 Tributos à Recuperar/Compensar – R\$ 2.313.049,26

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
IMPOSTO DE RENDA	1.962.650,30
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/LUCRO LÍQUIDO	350.398,96
	2.313.049,26

Imposto de Renda: Avaliamos a composição disponibilizada pela contabilidade e concluímos que registros contábeis se referem a valores de IR sobre Aplicações Financeiras do período de 2013 até 2019, conforme composição:

Data	Descrição	Saldo Atual
1.2019.00394460010880	IR S/RESGATE JAN/19 BRADESCO	2.004,42
2.2015.00394460010880	IR S/REGATE FEV/15 BRADESCO	2.934,03
3.2015.00394460010880	IR S/REGATE MAR/15 BRADESCO	3.511,04
3.2016.00394460010880	IR S/RESGATE MAR/16 BRADESCO	2.726,92
5.2014.00394460010880	IR S/RESGATE(8.488,45) E COME COTAS(98.455,76) MAIO/14 BRADESCO	106.944,21
5.2015.00394460010880	IR S/RESGATE(4.551,41), COME COTAS(130.635,10) BRADESCO E COME COTAS(15,66) ITAÚ MAIO/15	135.202,17
5.2016.00394460010880	COME COTAS MAIO/16 ITAÚ	20,99
5.2017.00394460010880	COME COTAS(113.629,47) BRADESCO E COME COTAS(18,39) ITAÚ MAIO/17.	113.647,86
5.2018.00394460010880	COME COTAS(70.722,89) BRADESCO E COME COTAS(7,30) ITAÚ MAIO/18.	70.730,19
5.2019.00394460010880	COME COTAS(55.514,58) BRADESCO, COME COTAS(9,88) ITAÚ MAIO/19 E COME COTAS NOV/19	55.533,06
6.2015.00394460010880	IR S/RESGATE JUN(594,08), SET(424,10) E OUT(9.156,14) BRADESCO	10.174,32
6.2016.00394460010880	COME COTAS MAIO/16 BRADESCO	131.195,53
7.2016.00394460010880	IR S/RESGATE JUL/16 BRADESCO	5.865,74
8.2018.00394460010880	IR S/RESGATE AGO/18 BRADESCO	106,24
9.2018.00394460010880	IR S/RESGATE SET/18 BRADESCO	1.174,41
11.2013.00394460010880	COME COTAS NOV/13 BRADESCO	82.926,56
11.2014.00394460010880	COME COTAS(135.403,72) BRADESCO E COME COTAS(13,05) ITAÚ	135.416,77
11.2015.00394460010880	IR S/RESGATE(10.136,61) E COME COTAS(132.674,08) NOV/15 BRADESCO	142.810,69
11.2016.00394460010880	COME COTAS(122.916,79) BRADESCO E COME COTAS(22,07) ITAÚ NOV/16	122.938,86
11.2017.00394460010880	IR S/RESGATE(7.744,71) E COME COTAS(85.834,54) NOV/17 BRADESCO	93.579,25
11.2018.00394460010880	IR S/RESGATE(2.925,45) E COME COTAS(67.574,57) NOV BRADESCO E COME COTAS(9,98) NOV/18 ITAÚ	70.510,00
11.2019.00394460010880	COME COTAS BRADESCO	53.114,67
12.2013.42467191000146	CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO DE IRPJ A COMPENSAR RELATIVA AO ANO 2013(SALDO DA 2013NL02574)	111.259,99
12.2014.00394460010880	IR S/RESGATE(574,89) DEZ/14 BRADESCO E TRANSFERÊNCIA VALOR IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA(23.870,39) - IRPJ PAGO ATÉ OUTUBRO DE 2014 (SALDO DA 2014NL02401).	24.445,28
12.2015.00394460010880	REGISTRO COMPENSAÇÃO IRPJ APURADO COM BASE NO LUCRO REAL, TENDO EM VISTA PAGAMENTOS REALIZADOS A MAIOR NO EXERCÍCIO DE 2015(2015NL02719).	483.542,22
12.2018.00394460010880	IR S/RESGATE DEZ/18 BRADESCO	334,88
TOTAL		1.962.650,30

Destacamos em vermelho que na composição além de valores referentes a IR S/Aplicações Financeiras também possui Impostos de de bases negativas de apuração de resultados, que em nosso entendimento se tratam de impostos de naturezas distintas e devem ser contabilizados separados, diante das constatações efetuamos as seguintes recomendações.

Recomendação

Identificar a real existências dos créditos, e caso afirmativo efetuar a retificação das declarações com base jurídica em relação as prescrição.

Efetuar a separação de impostos oriundos de IR sobre aplicação financeira em relação a impostos referentes prejuízos fiscais.

Verificar critérios de compensações, restituições na normativa RFB nº 2055, de 06 de dezembro de 2021.

Contribuição Social S/Lucro Líquido: Avaliamos a composição disponibilizada pela contabilidade e concluímos que registros contábeis se referem a valores Contribuição Social sobre lucro líquido do período de 2013 até 2015, conforme composição:

Histórico	R\$
CSLL MAIO/10 PROC. E-10/004/229/2013	41.453,49
REGISTRO CSLL PAGO ATÉ 10/2014	99.142,37
REGISTRO DE COMPENSAÇÃO CSLL - EXERCÍCIO 2015	209.803,10
	350.398,96

Recomendação

Identificar a real existências dos créditos, e caso afirmativo verificar se as mesmas estão declaradas para possível aproveitamento em eventuais resultados futuros.

3.5 Concessões a Receber – R\$ 812.598,56

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
CONCESSÕES A RECEBER	502.308,76
Total	502.308,76

Valores registrados na conta referem-se a apropriações referentes a 120 vagas utilizadas pelo Ministério Público Estadual (MPE) na área denominada "Ponto IV", os valores registrados se referem as competências de janeiro a dezembro de 2019, segue composição:

Conta Corrente	Descrição	Saldo Atual
2019. 7. 116100	Apropriação de parte da Fatura 30/2019, de Julho/2019, referente a diferença do aluguel de Janeiro/2019 a Junho/2019 do 13º andar do Ed. Garagem Menezes Cortes, pela Defensoria Pública do Estado do RJ, com vencimento em 10/08/19, conforme orientação da Diretoria de Administração e Finanças.	45.975,12
2019.10.28305936000140	Apropriação da Fatura 037/2019, Ofício 170/2019 de Outubro/2019, referente à utilização no mês de Outubro, pelo Ministério Público de 120 (cento e vinte) vagas cativas na área denominada "Ponto IV", localizada entre as Avenidas General Justo e Marechal Câmara - Centro RJ, com vencimento em 05/11/19.	57.000,00
2019.11.28305936000140	Apropriação da Fatura 039/2019, Ofício 190/2019 de Novembro/2019, referente à utilização no mês de Novembro, pelo Ministério Público de 120 (cento e vinte) vagas cativas na área denominada "Ponto IV", localizada entre as Avenidas General Justo e Marechal Câmara - Centro RJ, com vencimento em 05/12/19.	57.000,00
2019.12. 116100	Apropriação da Fatura 038/2019 Ofício 189/19, referente ao aluguel de Dezembro/2019 (229.984,96) do 13º andar do Edifício Garagem Menezes Cortes e Apropriação da Fatura 038/19, Ofício 189/2019 de Dezembro/2019, referente às duas parcelas do condomínio (sendo R\$ 33.374,29 da 1ª parcela e R\$ 22.249,52 da 2ª parcela) do 13º andar do Edifício Garagem Menezes Cortes.	285.333,64
2019.12.28305936000140	Apropriação da Fatura 040/2019, Ofício 190/2019 de Dezembro/2019, referente à utilização no mês de Dezembro, pelo Ministério Público de 120 (cento e vinte) vagas cativas na área denominada "Ponto IV", localizada entre as Avenidas General Justo e Marechal Câmara - Centro RJ, com vencimento em 05/01/20.	57.000,00
TOTAL		502.308,76

3.6 – Recursos vinculados – R\$ 1.043.628,60

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
DEPÓSITOS JUDICIAIS	13.317,28
BLOQUEIOS BANCÁRIOS	1.026.441,32
OUTROS DEPÓSITOS	3.870,00
	1.043.628,60

Depósitos Judiciais: Avaliamos a composição disponibilizada pela contabilidade e concluímos que registros contábeis se referem a valores de bloqueios judiciais do período de 2013, conforme composição:

DATA	DOC	HISTÓRICO	R\$
31/12/2013	2013NL02559	VALOR BLOQUEADO JUDICIALMENTE EM 09/03/2012 REF. "BLOQUEIO-ORDEM JUDICIAL DOC 0008600, PROC E-10/700361/12" ORA REGISTRADO PARA COMPOR PROC E-10/004/63/13.	9.613,68
31/12/2013	2013NL02560	VALOR BLOQUEADO JUDICIALMENTE EM 11/04/2012. "TED. TRANSF ELET DOC 0000088600, PROC E-10/700458/12" ORA REGISTRADO PARA COMPOR PROC E-10/004/63/13.	1.493,96
31/12/2013	2013NL02561	VALOR BLOQUEADO JUDICIALMENTE EM 25/03/2013 "BLOQUEIO-ORD JUDICIAL DOC 00039340 PROC E-10/004/289/13" ORA REGISTRADO PARA COMPOR PROC E-10/004/63/2013	3,80
31/12/2013	2013NL02562	VALOR BLOQUEADO JUDICIALMENTE EM 13/08/2013 "BLOQUEIO JUDICIAL OFICIO 20130002345961-0002 DOC 39340" ORA REGISTRADO PARA COMPOR PROC E-10/004/63/2013	487,97
31/12/2013	2013NL02563	VALOR BLOQUEADO JUDICIALMENTE EM 25/10/2013 "TED-TRANSF EÇET DISP OFICIO 20130003175390-00002-0008600" ORA REGISTRADO PARA COMPOR PROC E-10/004/63/2013	1.717,87
TOTAL			13.317,28

Recomendação

Acompanhamento constante junto ao jurídico de status dos processos e liberações de depósitos vinculados.

Bloqueios Bancários: Verificamos que saldo é composto por depósitos efetuados de 2014 até 2019, conforme composição:

CC	HISTÓRICO	SALDO
PF0007811 PARA O PF0009178	ATENDENDO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL, REALIZADA EM 07/05/2014, CONFORME PROCESSO 0118006220045010024 - JUIZ SOLICITANTE: JOSE HORTA DE SOUZA MIRANDA - VARA 24 RJ - AUTOR: OLELIAND ALBERTO PENA - JUSTIÇA TRABALHISTA.	11.617,65
PF0007810 PARA O PF0009177	TRANSFERENCIA DE BLOQUEIO JUDICIAL PROC. 200351015479625-JUIZA LIVIA MARIA DE MELLO FERREIRA-002763-8, VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO, REALIZADO ATRAVÉS DE TED OFICIO 20140001308786-00002 CONFORME EXTRATO BANCÁRIO DE MAIO DE 2014.	1.002.156,08
60701190000104	REGISTRO PARA TROCA DA INSCRIÇÃO DO EVENTO DA NOTA DE LANÇAMENTO 2014NL01772, REFERENTE BLOQUEIO JUDICIAL OCORRIDO EM 16/01/2013 NO BANCO ITAU, AGENCIA 4573, C/C 04050-6, CONFORME EXTRATO BANCARIO.	3,23
6074694800011	REGISTRO BLOQUEIO - ORDEM JUDICIAL NO BANCO BRADESCO, OFICIO 20140000248541-00002, EM 31/01/2014, CONFORME EXTRATO BANCARIO.	231,90
PF0008895 PARA O PF0009180	REGULARIZAÇÃO DA NL 02006/2015, TRATA-SE DE BLOQUEIO BANCARIO EM 06/08/2015, TRANSFERENCIA ELETRONICA ATRAVES DE OFICIO 20150002404570-00008, PROCESSO JUDICIAL 0000497-09.2013.5.01.0421, AUTOR ELVIS SILVA SOUZA, PROC E-10/004213/13.	7.314,87
19/04/2017	BLOQUEIO DE ORDEM JUDICIAL OFICIO 20170001675636-00002, DA 12ª VARA DE FAZENDA PUBLICA DA COMARCA DA CAPITAL - PROC. 20041200460372, CONFORME EXTRATO BANCÁRIO DO DIA 19/04/17.	1.055,42
07/08/2017	BLOQUEIO DE ORDEM JUDICIAL DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL, PROTOCOLO Nº 20170003886692-00002 RELATIVO AO PROC. Nº 20061200328942, CUJO AUTOR É O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.	657,19
07/08/2017	BLOQUEIO DE ORDEM JUDICIAL DA 12ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL, PROTOCOLO Nº 2017000382840-00002 RELATIVO AO PROC. Nº 20041200190939, CUJO AUTOR É O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.	1.059,47
12/12/2019	BLOQUEIO DE ORDEM JUDICIAL OFÍCIO 20190013503928 00006 DA 1ª VARA DE ITAPERUNA - PROC. Nº 00142599720128190026 - AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CONFORME EXTRATO BANCÁRIO DO DIA 21/11/2019. (CONTABILIZADO NESSA DATA NO AGUARD DO EXTRATO DO BCO DO BRADESCO COM AS INFORMAÇÕES DO BLOQUEIO)	2.345,51
Saldo em 2019		1.026.441,32

Recomendação

Acompanhamento constante junto ao jurídico de status dos processos e liberações de depósitos vinculados.

Outros Depósitos: Valor registrado em conta se refere conforme histórico contábil a desvio de recurso efetuado pelo funcionário Wagner Alex Costa, sendo o valor cobrado através de processo, segue descrição contábil:

CC	HISTÓRICO	SALDO
60701190000104	REGISTRO 2014NL01775, REFERENTE DESVIO REALIZADO PELO FUNCIONARIO WAGNER ALEX COSTA D'ALMEIDA, CPF 940996267-68, EM 2007, CONFORME GUIAS BANCARIAS, PROC. 0122194-19.2008.8.19.0001 (2008.001.120157-0) E E-10/700460/07.	3.870,00
SALDO EM 31/12/21		3.870,00

Recomendação

Acompanhamento constante junto ao jurídico de status do processo, e eventuais movimentações.

Caso não seja possível efetuar a recuperação do valor avaliar a possibilidade de baixa.

3.7 – Outros Créditos a Receber – R\$ 3.316.307,43

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
ALUGUEIS A RECEBER	3.316.307,43
	3.316.307,43

Aluguéis a receber: Avaliamos a composição disponibilizada pela contabilidade e concluímos que registros contábeis se referem a valores de alugueis do período de 2013 até 2019, conforme composição:

Descrição	R\$	%
Ano de 2013	43.407,63	1,31%
Ano de 2014	42.182,47	1,27%
Ano de 2015	48.752,05	1,47%
Ano de 2016	186.618,49	5,63%
Ano de 2017	974.289,14	29,38%
Ano de 2018	1.241.646,56	37,44%
Ano de 2019	779.411,09	23,50%
	3.316.307,43	

Avaliamos a composição disponibilizada pela contabilidade e identificamos pelo histórico que possuem diversas divergências que devem ser regularizadas, conforme exemplos de histórico contábil:

- VIAÇÃO BARRA DO PIRAI TET 1ª(1.790,95) E 2ª(1.790,95) QUINZENA T. MENDES. OBS.: Fazer N. Explicativa para regularizar a 2017GR00465/17 no valor de R\$ 800,33. Valor registrado na contabilidade R\$ 2.781,57.

- LOCAÇÃO RUBENS DA PENHA LAJE - TERMINAL VASSOURAS. OBS.: Fazer N. Explicativa para regularizar conforme Proc. E-10/004/181/15. Valor registrado na contabilidade R\$ 931,98.

- LOCAÇÃO RUBENS DA PENHA LAJE - TERMINAL VASSOURAS. OBS.: Fazer N. Explicativa para regularizar conforme Proc. E-10/004/181/15. Valor registrado na contabilidade de R\$ 931,96.

- VIAÇÃO NORMANDY TET 2ª (141,61) QUINZENA T.VASSOURAS, LOCAÇÃO(800,33) T.MENDES E LOCAÇÃO(816,18) T. VASSOURAS. OBS.: FAZER N. EXPLICATIVA PARA BAIXAR A LOCAÇÃO DE MENDES, O PGTO FOI NO DIA 12/08/2016 E NÃO FOI BAIXADO DA CONTA. O VALOR CORRETO DESSE MÊS É DE R\$ 869,79(141,61+728,18), POIS FOI APROPRIADO O VALOR DA ENERGIA ELÉTRICA DE R\$ 88,00 DO TERMINAL DE VASSOURAS.

- VIAÇÃO SALUTARIS - TPE(1.257,72) T. VASSOURAS RECIBO 6066. OBS. O VALOR CORRETO DESSE MÊS É R\$ 1.257,72, BAIXARAM ERRADO A 2016GR01146 O VALOR DE R\$ 450,25 E O VALOR APROPRIADO PELA 2016NP00359 É DE R\$ 327,75.

O VALOR BAIXADO A MAIOR DE 122,50 É REFERENTE A ENERGIA ELÉTRICA QUE NÃO É APROPRIADA. REGULARIZAR COM N. EXPLICATIVA.

VIAÇÃO BARRA DO PIRAÍ TET 2ª QUINZENA T. MENDES RECIBO 8136. OBS.: ESSE SALDO ESTÁ INCORRETO NESSE MÊS, POIS ESTÁ FALTANDO A APROPRIAÇÃO DA 1ª QUINZENA QUE ESTÁ APROPRIADA NO MÊS DE AGOSTO. O VALOR CORRETO DESSE MÊS É R\$ 3.581,90.

Recomendação

Efetuar o levantamento financeiro de cliente por cliente e validar a real existência dos saldos em aberto.

Nos casos onde não seja possível ser efetuada cobrança de forma direta ou acordo, verificar possibilidade de cobranças jurídicas.

Quando extintas todas possibilidades de recebimento ou entendimento da não existência do saldo em aberto, documentar e efetuar a baixa dos valores ou efetuar provisão de perda dos saldos.

Revisar os exemplos mencionados com histórico de divergências e efetuar as regularizações necessárias.

3.8 – Estoques – R\$ 66.022,65

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2021:

Contas	R\$
MATERIAL DE CONSUMO	66.022,65
	66.022,65

Validamos os valores registrados na contabilidade e relatório posição de estoque, não sendo verificadas divergências. Tendo em vista que o saldo é imaterial e nossa contratação ocorrer após término do exercício não acompanhamos nenhum processo de inventário.

3.9 – Títulos e Valores Mobiliários – R\$ 173.009,00

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2021:

Contas	R\$
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	173.009,00
	173.009,00

Solicitamos a empresa a composição e o histórico do saldo, nos foi possível confirmar os valores registrados na contabilidade se referem a saldos antigos sem movimentos desde de 2001, solicitamos uma posição atual e não foi disponibilizado não sendo possível validar a real existência dos saldos, apresentamos a seguir a composição:



DATA	HISTÓRICO	VALOR
31/12/1993	SALDO ANTERIOR - INVEST. POR INC. FISCAIS	20.314,58
31/12/1993	SALDO ANTERIOR-INV.P/INC. FISCAIS ART 3º LEI 8200	20.410,68
30/12/1999	OPÇÃO P/INCENT.1ºTRIM/99-SL.466	12.277,59
30/12/1999	OPÇÃO P/INCENT.2ºTRIM/99-SL.467	8.390,27
30/12/1999	OPÇÃO P/INCENT.3ºTRIM/99-SL.468	8.852,90
30/12/1999	OPÇÃO P/INCENT.4ºTRIM/99-SL.469	3.439,44
29/12/2000	OPÇÃO P/INCENT.2ºTRIM/2000- SL 455/12	59.742,24
29/12/2000	OPÇÃO P/INCENT.3ºTRIM/2000- SL 534/12	4.026,78
29/12/2000	OPÇÃO P/INCENT.4ºTRIM/2000- SL 573/12	446,71
30/03/2001	APLICA INC. FINAM-1º TRIM/2001- SL 353/03	5.183,35
31/05/2001	APLICA INC. FINAM-2º TRIM/2001- SL 352/05	3.696,24
29/06/2001	APLICA INC. FINAM-3º TRIM/2001- SL 254/06	3.690,59
29/06/2001	APLICA INC. FINAM-2º TRIM/2001- SL 399/06	25.370,59
31/10/2001	AJUSTES INC. FISC. FINAM 4º TRIM/1999 SL 264/10	- 576,22
31/10/2001	AJUSTES CSLL 3º TRIM/1999 SL 369/10	- 321,86
31/10/2001	AJUSTES 2º TRIM/1999 SL. 373/10	- 484,85
31/10/2001	AJUSTES INC.FISC. FINAM 1º TRIM/1999- SL 388/10	- 1.450,03
TOTAL		173.009,00

Recomendação

Viabilizar documentação suporte que garanta o direito e existência do saldo registrado na contabilidade.

Disponibilizar extratos ou posições atualizadas afim de atualizar os valores registrados na Contabilidade ou efetuar a baixa caso não sejam possível suportar com documentação.

3.10 – Participações Permanentes – R\$ 200.886,10

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2021:

Contas	R\$
TIT REPRESENT DE CAPITAL INTEGRALIZADO	200.886,10
	200.886,10

Solicitamos a empresa a composição e o histórico do saldo, onde nos foi possível confirmar os valores registrados na contabilidade se referem a saldos antigos referentes a ações e estão sem movimentos desde de 2015, solicitamos uma posição atual e não foi disponibilizado não sendo possível validar a real existência dos saldos, apresentamos a seguir a composição:

DATA	QT AÇÕES	COTAÇÃO	HISTÓRICO	VALOR
30/09/2015	63	1,15	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - ON	72,45
30/09/2015	63	1,20	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - PN	75,60
30/09/2015	2240	11,67	TIM PARTICIPAÇÕES S/A	26.140,80
30/09/2015	632	14,21	EMBRATEL PARTICIPAÇÕES ON	8.980,72
30/09/2015	632	12,51	EMBRATEL PARTICIPAÇÕES PN	7.906,32
30/09/2015	1297	39,89	VIVO PARTICIPAÇÕES ON	51.737,33
30/09/2015	1297	46,22	VIVO PARTICIPAÇÕES PN	59.947,34
30/09/2015	31	11,00	CONTAX PARTICIPAÇÕES S/A - ON	341,00
30/09/2015	38	2,10	CONTAX PARTICIPAÇÕES S/A - PN	79,80
30/09/2015	4444	9,15	OI S/A - ON	40.662,60
30/09/2015	574	8,61	OI S/A PN	4.942,14
TOTAL				200.886,10

Recomendação

Viabilizar documentação suporte que garanta o direito e existência do saldo registrado na contabilidade.

Disponibilizar extratos ou posições atualizadas afim de atualizar os valores registrados na Contabilidade ou efetuar a baixa caso não sejam possível suportar com documentação.

3.11 – Imobilizado – R\$ 15.467.780,68 (ressalva)

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2021:

Contas	R\$
BENS MÓVEIS	450.177,83
ALMOXARIFADOS INTERNOS BENS	3.780,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	357.876,00
BENS DE USO ESPECIAL	20.371.783,84
IMÓVEIS DOMINIAIS/DOMINICAIS	9.647.326,44
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	83.583,96
INSTALAÇÕES	655.269,17
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.823.818,89
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	(431.243,59)
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADO DE BENS IMÓVEIS	(17.494.591,86)
	15.467.780,68

Não nos foi possível concluir sobre convergência dos saldos apresentados nos registros contábeis, tendo em vista que o sistema atualmente utilizado patrimonial não traz posições individualizadas por bens, nos impedindo de analisar de forma individualizada.

Cabe ressaltar que existem inúmeros bens registrados no imobilizado da Coderte –RJ que não possuem escritura em nome da mesma estando em desacordo com princípios contábeis.

Verificamos também que empresa não vêm depreciando diversos bens que deveriam ser obrigatórias estando em desacordo com princípios contábeis.

A empresa deixou de realizar o teste de recuperabilidade de ativos “Impairment” Conforme orientações da NBT TG 01 (R4).

Citamos alguns exemplos de situações das irregularidades contatadas:

Terminal	Endereço	RGI / MATRICULA	INFORMAÇÕES
TERMINAL RODOVIÁRIO NOVO RIO	Avenida Francisco Bicalho 1	RGI EM NOME DA FUNDAÇÃO; COMPANHIA DOCAS;	CONTRATO DE CESSÃO GRATUITA - ADMINISTRATO PELA SOCICAM - PROCESSO ADM nº E/10/701.511/2007 DE 10/12/2007; CONTRATO DE CONCESSÃO ASSINADO EM 30/08/1990; TERMO ADITIVO MARÇO/1991; PROCESSO LICITAÇÃO nº E-10/703.718/1990 DE 18/09/1990, PRAZO 30 ANOS, enviado nova documentação para elaboração de novo termo de concessão com a União
TERMINAL RODOVIÁRIO PORCIÚNCULA	R. César Viêira, 317	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	PROCESSO Nº E 10/700.461/2009; DATA 09/12/2009, PRAZO 10 ANOS, CONVÊNIO EM 23/11/1977, PERMISSÃO DE USO EM 11/04/1997; RERRATIFICAÇÃO EM 11/04/1997
TERMINAL RODOVIÁRIO CABO FRIO	Avenida Júlia Kubitschek, s/nº	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	Termo de Permissão de Uso -Município permite a CODETE construir e administrar o terminal Dez/1977; CODETE transfere a administração ao Município 1990; CODETE transfere a administração ao Município 2006; Termo de Distrato 2008 e 2009;
TERMINAL RODOVIÁRIO BOM JARDIM	Rua Nilo Peçanha, s/nº	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	CONVÊNIO EM 13/09/1978 (LEI COMPLEMENTAR DE 17/12/1975 - CONCESSÃO DE DIREITO REAL A CODETE; TERMO DE PERMISSÃO DE USO EM 20/07/1990 (E-10/704.946/89).
TERMINAL RODOVIÁRIO PATY DE ALFERES	Avenida Brasil, s/nº, Arcozêlo	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	CONVÊNIO EM 28/06/1996 (E-10/700.956/96); TERMO DE PERMISSÃO EM 01/08/1996, SENDO RERRATIFICADO EM 30/09/1998 (E-10/701.513/98)
TERMINAL RODOVIÁRIO PARAÍBA DO SUL	Av. Brasil, 320	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	CONVÊNIO EM 01/05/1997 (E-10/700.392/97); RERRATIFICAÇÃO DO CONVÊNIO EM 30/09/1998; PROCESSO JUDICIAL Nº 0003276-84.2018.8.19.0040
TERMINAL RODOVIÁRIO ITATIAIA	Rua Wanderbilt Duarte de Barros, s/nº	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	TERMO DE PERMISSÃO DE USO EM 12/08/2010 COM PRAZO INDETERMINADO
TERMINAL RODOVIÁRIO ITABORAÍ	Praça Alfredo Serrano, s/nº	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	
TERMINAL RODOVIÁRIO DE MACUCO	RJ-116, 98	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	
RGI - 20250 - LARGO DO MACHADO		SEM RGI CODETE	
RGI - 21509 - DUQUE DE CAXIAS (XEREM)	R. Mariano Sendra dos Santos	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	Processo judicial 0055407-30.2017.8.19.0021 - Atos Ordinatórios em 13/10/2020 - autos encaminhados à conclusão para apreciação do juízo fl. 343 (incluso de novo patrono da CODETE); TERMO DE CESSÃO DE USO EM 10/09/2019 (E-10/004/602/2019), PRAZO 5 ANOS
TERMINAL RODOVIÁRIO RIO CLARO	Rod. Pres. Getulio Vargas	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	CONVÊNIO EM 06/12/1988; TERMO DE CESSÃO EM 30/11/1988 COM PRAZO INDETERMINADO; RERRATHICAÇÃO DO CONVÊNIO EM 30/09/1998
TERMINAL RODOVIÁRIO DE MACAÉ	Rua Francisco Portela, 50	RGI em nome dos expropriados	
TERMINAL RODOVIÁRIO DE MENDES	Av. Amaral Peixoto	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	PROCESSO JUDICIAL Nº 000808-74.2018.8.19.0032; CONVÊNIO EM 21/08/1997 (E-10/70.778/1997); CONTRATO DE COMODATO EM 30/04/2001 COM PRAZO DE 3 MESES
TERMINAL RODOVIÁRIO TRAJANO DE MORA	RJ-174, 51-25 - Centro	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	
TERMINAL RODOVIÁRIO MARIANO PROCÓPIO (PÇA MAUA)		TRANSFERIDO PREFEITURA	
TERMINAL ANDRADE PINTO	PRAÇA ROCHA MIRANDA	NÃO FOI CONCLUIDA DOAÇÃO APÓS CONSTRUÇÃO DO TERMINAL	Decreto municipal nº 1.781/1997, autoriza a cessão do imóvel para a construção do Terminal.

Nesse cenário efetuamos as seguintes recomendações:

Recomendação

Viabilizar sistema de controle patrimonial que seja possível acompanhar e gerir os bens de forma adequada;

Revisar e efetuar os registros de depreciação obrigatórios de bens conforme legislações pertinentes;

Realizar o teste de recuperabilidade de ativos "Impairment" visando atualizar os saldos residuais do bens e os valores e percentuais de depreciação;

Registrar em grupos contábeis distintos do bens próprios aqueles que se encontram em processo de doação ou formalização de escrituras.

3.12 – Pessoal a Pagar – R\$ 157.429,85

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
FÉRIAS	41.099,51
OUTRAS SENTENÇAS	11.164,57
PESSOAL CEDIDO DEC. 32.532/02	105.165,77
	157.429,85

- **Férias:** Verificamos que registrado na contabilidade constam somente valores pertinentes a 1/3 dos funcionários sobre as férias, em nosso entendimento esse critério não está de acordo com princípios contábeis, que prevê o registro de forma integral de férias, 1/3 e respectivos encargos, também identificamos que o critério de registro ocorre com base em uma planilha efetuada no início de cada exercício e projetada em 12 meses no decorrer do ano e ajustada no final do período em relação aos funcionários que ainda não usufruíram de férias, o procedimento correto é mensalmente ser emitido um relatório de departamento de pessoal e efetuar a provisão com base no mesmo.

Recomendação

Revisar os critérios de contabilização e elaboração de relatórios de departamento de pessoal que estão em desacordo com princípios contábeis.

- **Outras sentenças:** Saldo da conta referente registro de R\$ 11.164,57 referente a 4ª parcela de condenação trabalhista referente Manuel José dos Santos Alves.

- **Pessoal Cedido DEC. 32.532/02:** Saldo registrado na conta se referem a obrigações da Coderte – RJ frente a funcionários cedidos a outros órgãos, destacamos que assim como ativo possuem valores de períodos anteriores pendentes de regularização.

Recomendação

Formalizar junto aos órgãos como proceder em eventuais obrigações ativas e passivas, visando regularizar os saldos em aberto.

3.13 – Encargos Sociais a Pagar – R\$ 86.642,44

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
FGTS	82.316,67
INSS SENAI	835,64
SALÁRIO EDUCAÇÃO	3.490,13
	86.642,44

- **FGTS:** Saldo registrado na conta se refere a obrigação em aberto de 28/12/2018 com histórico de valor referente folha do pagamento do mês de dezembro de 2018 do processo nº E 10/004/100617/20.18, e o restante do saldo é referente a dezembro de 2019.

Recomendação

Revisar valores em aberto de períodos anteriores e efetuar a devida quitação caso os mesmos sejam devidos.

- **INSS SENAI:** Registro de provisão de Salário Educação s/ 13º salário, referente a 1/12 avos (Janeiro/2019), com base na planilha elaborada pela Divisão Pessoal em 07/01/2019, conforme CI-CODERTE/DVPE nº 002/2019.

- **Salário Educação:** Valor referente a dezembro de 2019 com devida regularização em 2020.

3.14 - Fornecedores e contas a pagar - R\$ 1.248.078,81

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
FORNECEDORES E CREDITORES	705.610,26
SENTENÇAS JUDICIAIS	489.970,36
SENTENÇAS JUDICIAIS MIGRADOS	5.189,10
MIGRADOS SIAFEM	43.322,48
CREDITORES INTRAGOVERNAMENTAIS	3.583,30
FORNECEDORES E CREDITORES - UNIÃO	318,73
FORNECEDORES E CREDITORES - MUNICÍPIO	84,58
	1.248.078,81

- **Fornecedores e Credores:** Saldo registrado na conta se refere ao período que compreende de 2016 a 2019, nossos testes ficaram restritos a composição disponibilizada pela contabilidade e não por relatórios extraídos do financeiro podendo haver distorções:

Recomendação

Validar as obrigações em aberto de períodos anteriores e nos casos que seja possível efetuar a devida quitação.

Caso possuam valores que não seja devida a obrigação deve-se avaliar a possibilidade de baixa.

Viabilizar relatórios financeiros suportes a contabilidade.

- **Sentenças Judiciais:** Saldo de R\$ 489.970,36, verificamos o seguinte histórico contábil, pagamento da guia de depósito judicial, relativo a ação de cobrança, processo Nº 0161889-77.2008.8.19.0001, em trâmite na 6ª vara da Fazenda Pública da Capital, proposta por esta companhia em face da empresa TREL Transturismo Rei Ltda. do processo nº E-10/004/772/2017.

Verificamos que em 26/05/2022, o valor foi baixado na contabilidade tendo em visto que pagamento já havia ocorrido em 2018 e se encontrava pendente de regularização contábil.

- **Sentenças Judiciais Migrados:** Saldo imaterial não foram efetuados testes aprofundados de auditoria.

- **Fornecedores e Credores saldo:** Saldo imaterial não foram efetuados testes aprofundados de auditoria.
- **Migrados SIAFEM:** Verificamos a composição apresentada pela contabilidade e podemos confirmar através de confirmação posterior a devida quitação dos valores.
- **Credores Intragovernamentais:** Verificamos a composição apresentada pela contabilidade e podemos confirmar através de confirmação posterior a devida quitação dos valores.
- **Fornecedores e Credores União:** Saldo imaterial não foram efetuados testes aprofundados de auditoria.
- **Fornecedores e Credores Município:** Saldo imaterial não foram efetuados testes aprofundados de auditoria.

3.15 Obrigações Fiscais curto prazo com a União – R\$ 1.146.717,39

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
IRPJ A RECOLHER	290.000,00
COFINS A RECOLHER	170.000,00
PARCELAMENTO REFIS IV	686.717,39
	1.146.717,39

- **COFINS a Recolher:** Saldo registrado na contabilidade se refere a apuração do IRPJ do 4º trimestre de 2019, com devido pagamento posterior em 2020.
- **PIS/PASEP a Recolher:** Saldo registrado na contabilidade se refere a apuração do IRPJ do 4º trimestre de 2019, com devido pagamento posterior em 2020.
- **Parcelamento REFIS IV:** Verificamos que mensalmente vem ocorrendo a baixa por pagamento no montante de R\$ 2.256,67, conforme movimentação contábil, conforme valor da parcela que vem sendo fixa, entendemos que no curto prazo deve constar somente as parcelas com vencimento até encerramento do próximo exercício e demais parcelas no longo prazo.

Recomendação

Reavaliar os critérios de contabilização entre curto e longo prazo.

Avaliar os parcelamentos e eventuais reclassificações contábeis em parcelamentos que foram perdidos.

3.16 Outras Provisões - R\$ 18.826,00

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
OUTRAS PROVISÕES	18.826,00
	18.826,00

- **Outras Provisões:** Saldo da conta se refere a provisão de Oberg Ferraz Advogados, sendo confirmado o pagamento posterior e regularização da conta.

3.17 Dividendos a Pagar R\$ 1.654.851,68

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	1.654.851,68
	1.654.851,68

Os valores registrados na conta se referem a lançamentos de períodos anteriores, onde observamos a menção dos valores em notas explicativas, que faz a seguinte menção: “Nota explicativa Nº 13 – Remuneração dos Acionistas, foi constituída provisão para dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro Líquido ajustado correspondente ao ano de 2010 e 2009. Os lucros apurados nos anos de 2006, 2007, e 2008 foram absorvidos pelos ajustes anteriores, registrados no ano de 2009, ficando sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada”.

Em nosso entendimento uma vez que existe um passivo reconhecido o mesmo para ter carácter de pagamento deve ser apresentado ao acionista majoritário para aprovação ou não, observamos que o saldo está pendente a muito anos, diante desse cenário apresentamos a composição:

Contas	R\$
Distribuição de 2009	382.519,67
Distribuição de 2010	63.386,40
Distribuição de 2012	1.208.945,61
	1.654.851,68

Recomendação

Efetuar uma avaliação interna se de fato no período apurado os valores eram devidos e quem são os beneficiários.

Solicitar um posicionamento jurídico em relação aos impactos em valores e direitos dos beneficiários em caso nem aprovação pelo acionista majoritário.

Submeter as informações para validação do acionista majoritário.

3.18 Valores Restituíveis - R\$ 726.545,84

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:



Contas	R\$
INSS	3.312,57
IMPOSTO RETIDO NA FONTE	4.134,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	149,82
ISS	1.190,89
RETENÇÕES EMPRÉSTIMOS	121,00
RETENÇÃO RELATIVA VALE TRANSPORTE	171.630,83
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	102.943,21
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	219.946,32
OUTROS DEPÓSITOS	199.668,81
CREDORES POR OB DEVOLVIDA	20.533,37
DEPÓSITOS DE RECURSOS DE TERCEIROS	2.914,69
	726.545,84

No exame de saldos contábeis apresentados, os saldos destacados em amarelo por se tratarem de valores imateriais não foram efetuados testes de auditorias aprofundados, nesses casos sugerimos a contabilidade ver a origem dos mesmos.

- **INSS:** Avaliamos os valores que compõem a conta e identificamos que possuem valores em aberto desde de 2015, os valores registrados em 2021 se referem ao período de dezembro de 2021, para posterior pagamento em 2022, conforme tabela por totais:

Ano	Valor R\$
2015	2.330,07
2016	253,76
2017	489,34
2018	132,85
2019	106,55
Total	3.312,57

Recomendação

Efetuar as devidas quitações ou regularizações contábeis de valores oriundos de períodos anteriores, se possível.

- **Imposto Retido Fonte:** Avaliamos os valores que compõem a conta e identificamos que possuem valores em aberto desde de 2015, os valores registrados em 2021 se referem ao período de dezembro de 2021 para posterior pagamento em 2022, conforme tabela por totais:

Ano	Valor R\$
2014	1.912,52
2015	2.221,81
Total	4.134,33

Recomendação

Efetuar as devidas quitações ou regularizações contábeis de valores oriundos de períodos anteriores, se possível.

- **Retenção Relativa Vale Transporte:** Valores registrados na conta se referem as competências de 2019, pela natureza da contas os valores deveriam ser zerados

mensalmente após o desconto dos funcionários, nesse cenário, efetuamos a seguinte recomendação:

Recomendação

Revisar os lançamentos contábeis em relação a integração da folha de pagamento.

- **Outros Consignatários:** Avaliamos os valores que compõem a conta e identificamos que possuem valores em aberto desde de 2014, efetuamos a seguinte recomendação:

Recomendação

Efetuar as devidas quitações ou regularizações contábeis de valores oriundos de períodos anteriores, se possível.

- **Depósitos e Cauções:** Valores registrados na conta se referem a cauções contratuais de 2014 até 2019, conforme composição disponibilizada pela contabilidade.

Recomendação

Sinalizar a eventuais prestadores de serviços que fizeram depósitos garantias em relação a devolução dos valores.

Efetuar consulta jurídica caso a caso e verificar quais são as possibilidades de regularização.

- **Outros Depósitos:** Valores registrados na conta oriundo do período de 2008 até 2017, conforme composição:

Data	Documento	Histórico	Valor
31/12/2008	SN	FUNDO ÚNICO DE PREV. DO ERJ-RIOPREVIDENCIA	50.878,25
31/12/2011	SN	FOLHA DE PAGAMENTOS - 2011PF0004700	544,48
31/12/2013	2013NL02547	PROC. E-10/004/63/13 - 2013PF12307565	71.675,75
20/10/2014	2014NL1621	PROC. E-10/004/63/13 - 2014PF12307565	53.301,41
14/07/2015	2015NL01602	REGISTRO CREDITO RECEBIDO N/DATA, PELO BANCO BRADESCO, APOS LEVANTAMENTO O VALOR REFERE-SE AO PAGAMENTO FE FATURAS A EMPRESA LOCADORA DE VEICULOS CAXANGA LTDA, CONTRATO SIAFEM 0244730.AGUARDANDO CONFIRMAÇÃO DA EMPRESA.REG NL01598.	3.414,00
18/05/2016	2016GR00327	CREDITO EFETUADO EM 07/03/201, REFERENTE A CAUÇÃO DA LOJA D'FORNO - TERMINAL DE ITAPERUNA	1.000,00
30/11/2017	2017NP00597	VALOR CREDITADO EM 31/05/2016 PELO BANCO BRADESCO REFERENTE A TRANSFERÊNCIA POR OB, NO QUAL ATÉ A PRESENTE DATA, O BANCO NÃO FORNECEU A ORIGEM DESSE VALOR.	16.247,07
14/06/2017	2017GR01041	CREDITO EFETUADO NO DIA 14/06/17 EM DUPLICIDADE PELA VIAÇÃO ÁGUA BRANCA S/A, REFERENTE AO RECIBO 13713507511 DO MÊS DE MAIO/17. O MESMO PAGAMENTO E RECIBO JÁ FOI CONTABILIZADO NO DIA 24/05/17 PELA 2017GR00786.	2.607,85
Total			199.668,81

Recomendação

Avaliar cada situação em virtude da longevidade dos saldos e eventuais possibilidades de reconhecimento da receita.

- Credores por OB Devolvida: - Outros Depósitos: Valores registrados na conta oriundo do período de 2016 até 2019, conforme composição:

Data	Documento	Observação	Valor
10/06/16	2016GR00575	Crédito efetuado, referente a Ordem Bancária 00876, 00882, 00894, 00913, 00919, 00930 e 00895, correspondente a diversos impostos pago por ofício.	5.331,31
16/06/16	2016GR00576	Crédito efetuado, referente a devolução das Ordens Bancárias 01116 a 01138, 01141 a 01146 e 01149 a 01186 pagas por ofício..	4.317,54
01/12/16	2016GR01189	Complementação do crédito efetuado no dia 10 de junho de 2016, relativo a GR00575.	2,00
29/11/19	2019GR01728	VALOR DA 2018OB02009 DEVOLVIDA PELO BANCO BRADESCO S/A, NO DIA 04/01/2019, REFERENTE AO PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO-IPTU DO IMÓVEL SITUADO A AV. PAULO DE FRONTIM Nº 116 DA PRAÇA DA BANDEIRA, RELATIVO AOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 E 2017.	10.882,52
Total			20.533,37

Recomendação

Avaliar cada situação em virtude da longevidade dos saldos e eventuais possibilidades de reconhecimento da receita.

3.19 Outras Obrigações a Pagar R\$ - 71.720,80

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
DIÁRIAS A PAGAR	1.762,00
DEPÓSITOS DIVERSAS ORIGENS	69.958,80
	71.720,80

- Diárias a Pagar: Saldo imaterial não foram efetuados testes aprofundados de auditoria.

- Depósitos Diversas Origens: Valores registrados na conta oriundo do período de 2015, conforme composição:



Data	NL	Histórico	Valor
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	28.964,40
SALDO - VIGORITO GOMIDE ENGENHARIA LTDA			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	4.500,00
SALDO - CONSTRUTORA CAMPOS GUERRA LTDA			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	7.900,00
SALDO - SENGES SERV DE ENGENHARIA S/A			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	5.349,60
SALDO - CODERTE			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	358,80
SALDO - PROEN			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - QUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	18.126,00
SALDO - ATS ALL THE SERVICE LTDA			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	2.300,00
SALDO - SANTIAGO CENTER INTERMEDIACOES LTDA			
27/02/15	2015NL00308	TRANSFERENCIA DA CONTA 218810201 PARA 899210203 POR SER DEPOSITO SEM CONFIRMACAO FINANCEIRA E PARA REGULARIZACAO DO LISCONTIR - EQUACAO 243 - CONTROLE DOS REC. EXTRAORCAMENTARIOS P/FR.	2.460,00
SALDO - CARLOS JOSE MARQUES DE CARVALHO			
TOTAL			69.958,80

Recomendação

Avaliar cada situação em virtude da longevidade dos saldos e eventuais possibilidades de reconhecimento da receita.

3.20 – Demais Financiamentos a Longo Prazo R\$ 2.783.879,00

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Contas	R\$
DÍVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	2.783.789,00
	2.783.789,00

Valores registrados nessa conta se referem a impostos na época pagos pelo estado através de decreto Lei daquele ano, a Coderte-RJ recebeu evidência da quitação dos valores na época por parte do estado, porém ainda possui documento aprovando a baixa do valor ou a devolução ao estado, dessa forma ainda mantém o saldo até que se tenha uma decisão.

3.22 – Obrigações Fiscais a Longo Prazo R\$ 8.241.475,41

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Conta	R\$
PARCELAMENTO REFIS IV	8.241.475,41
Total	8.241.475,41

Observamos que não está ocorrendo os registro entre curto e longo prazo pode o saldo apresentado não estar adequado, cabe salientar que foi perdido um parcelamento e esses movimentos ainda não estão contemplados na contabilidade.

Recomendação

Reavaliar os critérios de contabilização entre curto e longo prazo.

Atualizar os saldos contábeis conforme extratos da dívidas e parcelamentos que foram perdidos.

3.23 – Provisões a Longo Prazo - R\$ 35.057.155,08

O saldo do grupo de contas estava assim composto em 31/12/2019:

Conta	Contabilidade
PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	1.524.258,38
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS	1.035.209,08
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	32.497.687,62
Total	35.057.155,08

Examinamos as contas em relação a respostas do advogados em mesma data base 31/12/2019, onde podemos verificar os devidos ajustes somente em 2020, conforme movimentação contábil posterior, diante desse cenário efetuamos as seguintes recomendações:

Recomendação

Solicitar ao escritório externo que mantenha planilhas de acompanhamento com posições congeladas na mesma data entre contabilidade e auditoria externa, 31/12 de cada exercício.

Que todos processos sejam mensurados os valores e probabilidades de perdas, seja elas remotas, possíveis os prováveis.

3 – Contas de Resultados

Examinamos as contas de receitas e despesas efetuando a verificação das movimentações, revisão analítica das principais variações, confronto com relatórios financeiros internos, documentação comprobatória por amostragem e demais exames necessários.

Nos testes efetuados em relação as contas de receitas e despesas destacamos os comentários específicos efetuados em contas patrimoniais ativas e passivas que possuem

reflexo em contas de Patrimônio Líquido em caso de ajustes de períodos anteriores e no próprio resultado do ano em relação a situações que ocorreram em 2021.

4 – Conclusão

Como considerações finais deste trabalho entendemos que os controles internos entidade se encontram de forma geral, satisfatórias, devendo os gestores, nas observações e considerações realizadas no decorrer deste relatório que serviram de ressalvas e outras de menor relevância, procurar minimizar e/ou mesmo extinguir tal deficiência.

Quanto às informações contábeis, no decorrer de nosso relatório constatamos diversas situações que necessitam a revisão de procedimentos/lançamentos e ajustes, sendo recomendada sua correção após o encerramento do exercício de 2021, conforme comentários efetuados no decorrer do relatório.

Sobre os trabalhos realizados, eram estas as nossas considerações. Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento adicional, se necessário.

Porto Alegre/RS, 12 de dezembro de 2022.



Assinado digitalmente por
DAVI E CORREA AUDITORES
INDEPENDENTES
SOCIEDADE S
:02971670000180
Data: 2022.12.23 08:34:
50-03'00'

Pedro Osório Corrêa
CRC-RS 42.462
Davi & Corrêa Auditores Independentes